

Por Antonio Penteado Mendonça



Quando se lê que, no ano passado, os eventos de origem climática foram os maiores responsáveis pelas indenizações pagas pelas seguradoras, pode-se ter a ideia equivocada de que, no caso, basta contratar seguro para todos os problemas estarem resolvidos. Não é por aí.

Uma apólice de seguro é capaz de minimizar uma perda, mas ela não é capaz de evitar a perda. No caso dos eventos de origem climática, a seguradora pode pagar a indenização após o evento, mas o seguro não tem como impedir que ele ocorra ou que as pessoas estejam no seu caminho.

O seguro é a última, e invariavelmente mais cara, ferramenta para proteger a sociedade. Todas as outras medidas anteriores, destinadas a evitar que um determinado evento cause danos, são mais eficientes e mais baratas do que a contratação de uma apólice. Assim, seguro só deve ser contratado para fazer frente aos danos com potencial para causar prejuízos de monta e inevitáveis por outros meios.

Mesmo nas nações mais desenvolvidas, onde a contratação de seguros para proteção contra quase todos os riscos é comum, nem sempre o cidadão se apoia numa apólice para fazer frente e eventuais perdas, decorrentes de eventos com forte probabilidade de ocorrer. O melhor exemplo é um terremoto que atingiu a região do vinho, na Califórnia. As indenizações atingiram quase um bilhão de dólares, mas fizeram frente praticamente apenas às perdas sofridas pelas vinícolas. Ainda que sendo sabido que a Califórnia é sujeita a terremotos e a cobertura estar à disposição sem maiores dificuldades, a imensa maioria dos habitantes da região não tinha seguro contra terremoto.

Isto não melhora em nada a imagem do cidadão de país rico. Ao contrário, ao deixar de fazer seguro para um risco com alta probabilidade de se transformar em sinistro, os californianos mostraram que o ser humano é o mesmo, tanto faz onde. Há um grau de irresponsabilidade que não é domado, nem mesmo por séculos de educação, legislação rigorosa e a quase certeza dos prejuízos.

O que vale ser salientado é que, no caso, não há alternativa para o seguro. Não há como delimitar a região habitável, não há como impedir a ocorrência dos terremotos e não há como prever onde eles irão ocorrer. Quer dizer, não há medida ao alcance do ser humano capaz de minimizar o risco.

Já no caso do furacão Katrina e dos danos sofridos pelos moradores da região de Nova Orleans a situação é diferente. Havia uma série de medidas eficazes que não foram implementadas, o que agravou os danos decorrentes do furacão. Além disso, em função do alto número de pessoas pobres, também havia baixa contratação de seguros.

As recentes nevascas que se abateram sobre a costa leste custarão bilhões de dólares e parte significativa dos prejuízos está coberta pelo seguro, o que, desde já, prognostica um ano com

indenizações pelo menos tão significativas quanto as do ano passado.

No Brasil, infelizmente, nos aproximamos muito mais do retrato da Ásia. A maioria dos eventos de causas naturais do ano passado aconteceu lá, mas a Ásia não contrata seguros. Então, o valor das indenizações pagas mal e mal fez cócegas nas seguradoras.

Além disso, as políticas de uso e ocupação do solo não são famosas nem aqui, nem lá, o que, evidentemente, agrava um quadro que já é muito ruim. Não bastasse a frequência e a intensidade dos eventos de origem climática estarem aumentando, não há movimento mais sério das autoridades, de todos os níveis, visando minimizar o potencial de danos à população. Ao contrário, sequer medidas simples, como limpar os bueiros, são tratadas com um mínimo de seriedade, resultando no alagamento de áreas que, de outra forma, poderiam ficar livre as águas.

É por isso que as seguradoras não se mostram entusiasmadas com este tipo de seguro. Elas não têm como agir preventivamente para resolver os problemas e não há nada a indicar que o governo pretenda fazer alguma coisa. Seguro é negócio. Quando a chance de perdas generalizadas é uma certeza inapelável, é melhor ficar fora.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 01.02.2016.